

An aerial photograph showing a large dam structure with multiple concrete spillways. The water behind the dam is a deep orange color, likely due to iron oxide. To the left of the dam is a dense, green forest. The dam itself is a long, narrow structure with several curved spillways on the right side.

# Pagando o Preço da Transição Verde

---

**As Comunidades Afetadas pela Cadeia  
de Abastecimento de Bauxita e Alumínio  
no Brasil Ainda não Têm Voz Suficiente**

II TRANSPARENTEM

# SOBRE A TRANSPARENTEM

A Transparentem transforma setores ao se aliar a trabalhadores e comunidades para revelar abusos nas cadeias de abastecimento globais e promover a justiça trabalhista e ambiental. Por meio de investigações aprofundadas, engajamento estratégico com empresas e defesa de políticas, impulsionamos mudanças em setores inteiros.

Escolhemos nossas áreas de foco para causar o maior impacto possível, investigando abusos endêmicos que afetam a saúde e o bem-estar de milhares de trabalhadores e membros de comunidades. Em última análise, por meio de colaboração e ações coletivas, nos empenhamos em transformar fundamentalmente as práticas do setor e levar justiça real e tangível a algumas das populações mais vulneráveis do mundo.

Somos financiados por fundações e indivíduos por meio de doações filantrópicas e estamos isentos de impostos nos Estados Unidos nos termos da Seção 501(c)(3) do Código da Receita Federal.

Vista aérea da bacia do Igarapé Jambuaçu, um afluente do rio Mojú e uma bacia hidrográfica vital para as comunidades Quilombolas do Complexo Jambuaçu, localizadas na área afetada pelo mineroduto que liga a mina de Paragominas ao complexo de refinarias em Barcarena, no Pará.

## Terminologia

Neste relatório, o termo “**comprador**” refere-se a uma empresa que adquiriu materiais diretamente dos fornecedores investigados ou de uma entidade que faça parte da cadeia de suprimentos desses fornecedores. O termo não indica, com certeza, que os produtos dos fornecedores investigados estejam sempre presentes nos produtos da empresa. Ele indica que existe, na cadeia de suprimentos, uma ligação com os fornecedores investigados que pode ter resultado na presença de materiais desses fornecedores nos produtos da empresa.

Neste relatório, os termos “**líder comunitário**” ou “**líder de uma comunidade**” referem-se a indivíduos que desempenham funções de liderança em suas comunidades. A liderança foi demonstrada por meio de cargos formais em conselhos e associações comunitárias e/ou pelo fato de serem reconhecidos pela comunidade como fonte de orientação e representação em questões relacionadas aos temas identificados neste relatório.

**Quilombola** é uma pessoa que é membro ou descendente de uma comunidade Quilombola histórica no Brasil. Essas comunidades tiveram origem como assentamentos formados por pessoas que escaparam da escravidão e simbolizam a resistência coletiva à escravidão. Elas mantiveram identidades sociais, territoriais, culturais e políticas únicas ao longo do tempo. A Constituição brasileira reconhece os direitos das comunidades Quilombolas de possuir seus territórios coletivos.

No Brasil, as **comunidades tradicionais** são grupos que se reconhecem como culturalmente distintos, com sua própria organização social. As comunidades tradicionais preservam e utilizam conhecimentos, inovações e práticas transmitidas de geração em geração. O Estado brasileiro reconhece 28 povos e comunidades tradicionais, incluindo indígenas e **Quilombolas**.<sup>1</sup>

# Resumo

De smartphones a latas de bebidas e carros, os consumidores utilizam produtos feitos de alumínio todos os dias. Utilizado na fabricação de painéis solares, turbinas eólicas, veículos elétricos e cabos de transmissão, esse metal versátil também se tornou essencial para a transição para a energia verde. Uma transição responsável para uma economia verde deve levar em conta os impactos da extração de matérias-primas sobre as pessoas, protegendo-as disso; isso inclui a mineração e o processamento da bauxita.

Nas últimas décadas, o uso do alumínio cresceu significativamente, afetando os direitos e o bem-estar de inúmeras famílias e comunidades. As empresas extraem e processam a bauxita para obter alumina, que é então fundida para produzir alumínio.<sup>2</sup> O Brasil foi um dos cinco maiores produtores mundiais de bauxita em 2024, de acordo com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS).<sup>3</sup> Mais de 80% de seus minérios de alumínio são provenientes do estado do Pará.<sup>4</sup> Em 2024, o Brasil exportou mais de US\$ 230 milhões em minérios e concentrados de alumínio, de acordo com dados do Comtrade da ONU.<sup>5</sup> Os cinco principais importadores desse minério foram o Canadá, a China, a Grécia, a Irlanda e a Arábia Saudita.<sup>6</sup>

Entre janeiro e julho de 2025, a Transparentem investigou a cadeia de abastecimento de bauxita e alumínio no Brasil, entrevistando 59 membros ou líderes de 40 comunidades localizadas nas proximidades de operações de bauxita ou alumina. Alguns entrevistados afirmaram ser Quilombolas ou ter ascendência indígena ou Quilombola. Nossas investigações revelaram preocupações significativas com a destruição ambiental causada pelas empresas e com a falta de consulta e/ou reparação adequada.

A Transparentem entrou em contato com 60 compradores cuja cadeia de suprimentos tem ligação com essas operações de mineração e processamento de bauxita, considerando preocupante o número reduzido de compradores que abordaram as questões de forma construtiva. Apenas 16 compradores receberam conclusões detalhadas com base em evidências após responderem ao contato iniciado pela Transparentem. Desses, apenas oito enviaram respostas por escrito à Transparentem. Quarenta e quatro compradores não responderam aos esforços da Transparentem para entrar em contato com eles, um número decepcionante e inconsistente com os contatos feitos pela Transparentem em outros setores, onde a taxa



Vista aérea próxima às comunidades quilombolas de Centro Ouro e Nossa Senhora das Graças, no Complexo de Jambuaçu, por onde passa o mineroduto de bauxita que liga a mina de Paragominas às refinarias da Norsk Hydro em Barcarena, no Pará.

de resposta das empresas foi muito mais alta. Aqueles que responderam citaram políticas e esforços relevantes já em vigor antes de serem contatados pela Transparentem – políticas que, de acordo com os membros das comunidades entrevistados, não têm sido suficientes para abordar suas preocupações. Essas empresas incluem grandes nomes das indústrias automotiva e aeroespacial. Veja o Quadro 2 para uma lista das empresas identificadas pela Transparentem cujas cadeias de suprimentos têm conexão com as instalações investigadas.

As instalações investigadas pela Transparentem foram a refinaria da Alumar, a refinaria da Alunorte, a mina de Juruti, a mina da Mineração Rio do Norte (MRN) e o mineroduto de Paragominas. Os investigadores também conversaram com pesquisadores acadêmicos e membros de organizações da sociedade civil que trabalham com as comunidades.

A Transparentem entrou em contato com empresas do setor privado que detinham pelo menos 2% de uma mina investigada, chegando a um total de sete proprietários

**Tabela 1: Principais Empresas Contatadas pela Transparentem que são Proprietárias das Instalações Investigadas\***

Instalação Investigada	Principais Proprietárias e Operadoras de Instalações Contatadas pela Transparentem
Alumar	Alcoa Corporation, Rio Tinto Group, South32 Limited
Alunorte	Glencore plc, Mitsui & Co., Ltd., Nippon Amazon Aluminium Co., Ltd. (NAAC), Norsk Hydro ASA
Juruti	Alcoa Corporation
MRN	Glencore plc, Mineração Rio do Norte (MRN), Rio Tinto Group, South32 Limited
Paragominas	Norsk Hydro ASA

\* A Transparentem entrou em contato com empresas do setor privado que detinham pelo menos 2% de uma instalação investigada, totalizando sete proprietárias de tais instalações, que podem pertencer a uma empresa, mas ser operadas por outra.



Área de carregamento da fábrica de processamento de bauxita da Alcoa, próxima à linha férrea que liga a mina ao porto de embarque da empresa, no Pará, Brasil.



Vista aérea da Refinaria Alunorte, em Barcarena, no Pará, Brasil.

nas cinco instalações investigadas. As minas podem ser exploradas por uma empresa, mas pertencer a outra, e depois podem vender bauxita a empresas que produzem alumínio, as quais, por sua vez, mantêm vínculos com outros atores que atuam em etapas posteriores da cadeia de abastecimento. Quatro das empresas responderam à Transparentem. Em seus relatórios e respostas, as empresas destacaram seu trabalho de aproximação com a comunidade e o andamento dos processos de due diligence, mas as comunidades continuam a declarar que se sentem ignoradas. A semelhança nas experiências das comunidades em todos os cinco locais investigados sugere que os problemas são sintomáticos de todo o setor nessa região do Brasil.

A investigação da Transparentem, realizada com o apoio de parceiros locais e membros da comunidade, encontrou evidências das questões a seguir, entre outras.

#### RISCOS AMBIENTAIS E IMPACTOS NAS COMUNIDADES

Líderes e membros das comunidades vizinhas a quatro das cinco instalações investigadas (Alumar, Alunorte, Juruti e MRN) manifestaram preocupações relacionadas à segurança das barragens de rejeitos e dos depósitos de

resíduos, bem como à poluição do ar, da água e sonora. A Alcoa e a MRN declararam estar em conformidade com a legislação brasileira e as normas internacionais relativas à segurança das barragens de rejeitos e dos depósitos de resíduos; no entanto, as preocupações das comunidades quanto aos riscos potenciais que elas representam continuam elevadas nas proximidades de todas as quatro instalações.

Os entrevistados das comunidades próximas a Alumar, Alunorte, Juruti e Paragominas afirmaram estar preocupados com a contaminação do ar e da água associada às operações das empresas. Moradores de áreas próximas a Alumar e Juruti relataram que a poeira de bauxita afetava as plantações e as residências. Perto de Alunorte, todos os entrevistados expressaram sérias preocupações com a saúde relacionadas ao impacto ambiental das operações da refinaria. Os entrevistados também descreveram ruídos provenientes das operações em Juruti e Paragominas que causam transtornos às comunidades. A Norsk Hydro, a Mitsui e a NAAC não responderam a nenhuma das questões relatadas pelos membros das comunidades. A Norsk Hydro é proprietária da Paragominas, e as três empresas são proprietárias da Alunorte.



### Vivendo há Gerações no Local, uma Comunidade em Risco

A família de Paula [pseudônimo] vive há gerações no município brasileiro de Barcarena, em uma comunidade que depende da coleta de alimentos silvestres e da agricultura para sua alimentação e renda.

Com a chegada e as expansões subsequentes da Alunorte, uma refinaria de alumina, a comunidade de Paula perdeu o acesso a muitas áreas tradicionalmente utilizadas para essas atividades de subsistência. Paula observou que o aumento da poluição ao redor da Alunorte prejudica os frutos que crescem nas árvores locais, muitas vezes tornando-os impróprios para consumo. E as linhas de alta tensão construídas pela empresa impedem que as árvores de açaí, uma planta de importância cultural e alimentar, cresçam adequadamente.

Durante as tempestades, Paula fica aterrorizada com o risco potencial de que as bacias de rejeitos da Alunorte, estruturas de contenção projetadas para armazenar subprodutos do refino, transbordem. “Ir dormir e não acordar, cair num sono eterno. Tenho medo, muito medo.” Esse medo decorre, em parte, de desastres bem conhecidos envolvendo barragens de rejeitos, nos quais dezenas ou centenas de pessoas morreram, engolidas pelas águas da enchente e pelos deslizamentos de lama. Paula disse que a empresa elevou o nível do terreno onde as bacias estão localizadas, de modo que, quando chove muito, a água corre diretamente para sua comunidade.

## FALTA DE CONSULTA, DE SOLUÇÕES E DE CANAIS DE RECLAMAÇÃO ACESSÍVEIS

Muitos entrevistados de comunidades próximas às cinco instalações relataram que as empresas não estavam oferecendo mecanismos significativos e acessíveis para consultas, medidas corretivas e reclamações. Líderes de comunidades próximas a Juruti e Alumar descreveram sentir-se ignorados, mesmo após diversas tentativas de contato com as empresas. A Alcoa, proprietária de Juruti e coproprietária da Alumar, reconheceu lacunas nessa área, mas destacou os esforços para melhorar. Na Alunorte e em Paragominas, os entrevistados das comunidades relataram ter enfrentado sérios problemas na busca por um diálogo significativo com as operadoras e com a Norsk Hydro, proprietária de ambas as instalações. Alguns afirmaram que, como resultado, a maioria das comunidades sentiu-se obrigada a entrar com ações judiciais para garantir reparação adequada.

Em resumo, muitos membros das comunidades próximas a todas as instalações expressaram que se sentem excluídos das decisões que impactam significativamente suas vidas e que a reparação tem sido inadequada, indicando que o envolvimento das empresas está aquém do necessário, embora venham chamando a atenção das empresas há anos sobre essas questões.

## PERDA DE TERRAS, TERRITÓRIOS E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Os entrevistados das comunidades próximas a todas as cinco instalações manifestaram preocupação com a perda de terras e meios de subsistência relacionada às operações e expansões das instalações. Perto da Alumar e de Juruti, líderes comunitários descreveram o declínio da pesca, da agricultura, da caça e da obtenção de recursos da floresta à medida que as atividades das empresas se intensificavam. Em sua resposta, a Alcoa reconheceu a necessidade de aprimorar as práticas de aquisição de terras e de engajamento, mas também destacou vários mecanismos de distribuição de benefícios. Líderes e membros das comunidades próximas à Alunorte afirmaram que vinham perdendo terras continuamente com a expansão das operações. Líderes de comunidades situadas ao longo do mineroduto de Paragominas relacionaram as operações da empresa às perdas na agricultura, pesca e caça. A Norsk Hydro, a Mitsui e a NAAC não responderam a essas questões. A MRN apontou mudanças ambientais mais amplas como a fonte dos impactos sobre os meios de subsistência da comunidade. No entanto, as experiências dos membros das

comunidades indicam que os graves impactos causados pelas empresas não estão sendo adequadamente remediados.

## Respostas das Empresas

À medida que o setor de bauxita e alumínio se expande devido à transição para a energia verde, a discrepância entre os relatórios corporativos e a experiência das comunidades representa riscos crescentes à reputação e exige maior transparência, avaliações independentes de impacto, maior envolvimento da comunidade e mediação independente para determinar medidas corretivas. A Transparentem rastreou as cadeias de suprimentos e identificou 68 empresas potencialmente ligadas às instalações investigadas. Dessas 68, oito são proprietárias, coproprietárias ou operadoras das instalações investigadas; as demais empresas incluem marcas voltadas para o consumidor e distribuidoras (inseridas na categoria ampla de “compradoras” neste relatório).

Em outubro de 2025, a Transparentem entrou em contato com sete proprietárias das cinco instalações e com a operadora da MRN. Quatro dessas empresas enviaram respostas à Transparentem: **Alcoa, MRN, Rio Tinto, e South32**.

- A **Alcoa** afirmou seu compromisso com o respeito aos direitos humanos e informou que suas políticas, mecanismos e programas refletem as medidas já adotadas no que diz respeito às preocupações da comunidade.
- A **MRN** afirmou que opera em total conformidade com a legislação e que também adota voluntariamente normas internacionais.
- A **Rio Tinto** informou que discutiria as preocupações diretamente com a MRN e se alinhou às respostas da Alcoa sobre a Alumar. A Rio Tinto também incentivou a Transparentem a entrar em contato diretamente com a MRN e a Alumar.
- A **South32** incentivou a Transparentem a solicitar informações diretamente às operadoras das instalações, a Alcoa e a MRN.

Quatro empresas não mantiveram um diálogo substantivo com a Transparentem:

- A **Glencore** recusou-se a se reunir com a Transparentem ou receber informações da organização.
- A **Mitsui** não respondeu aos e-mails nem às mensagens de voz.
- A **NAAC** não respondeu por escrito, mas a Transparentem entrou em contato com um representante da empresa por telefone; esse

representante confirmou ter recebido nosso contato. Não houve mais respostas por parte da NAAC.

- Após uma reunião, a **Norsk Hydro** também se recusou a prosseguir com as conversas e a receber informações da Transparentem. A Norsk Hydro orientou a Transparentem a consultar materiais da empresa disponíveis publicamente.



Vista panorâmica da refinaria Alunorte, de seus depósitos de rejeitos de bauxita e das comunidades quilombolas de Burajuba e Sítio São João, em Barcarena, no Pará, Brasil.

## Empresas Identificadas pela Transparentem cujas Cadeias de Abastecimento têm Conexão com as Instalações Investigadas

Airbus SE  
AMAG Austria Metall AG  
AmcOR plc  
Anheuser-Busch InBev SA/NV  
Apple Inc.  
Arconic Corporation  
BAE Systems plc  
Ball Corporation  
Bayerische Motoren Werke Aktiengesellschaft (BMW)  
Bombardier Inc.  
Commonwealth Rolled Products, Inc.  
Constellium SE  
Crown Holdings, Inc.  
Embraer S.A.  
Ford Motor Company  
General Dynamics Corporation  
General Motors Company  
Groupe Industriel Marcel Dassault SAS  
Hammerer Aluminum Industries GmbH  
Honda Motor Co., Ltd.  
Hyundai Motor Group  
Isuzu Motors Ltd.  
Itochu Corporation  
Kaiser Aluminum Corporation  
Lear Corporation  
Leonardo S.p.A.  
Lockheed Martin Corporation  
Magna International Inc.  
Marubeni Corporation  
Mazda Motor Corporation  
Melrose Industries plc  
Mercedes-Benz Group AG  
Mitsubishi Heavy Industries, Ltd.  
Mitsubishi Motors  
Nexans S.A.  
Nissan Motor Co., Ltd.  
Northrop Grumman Corporation  
Novelis Inc.  
PepsiCo, Inc.  
Pilatus Aircraft Ltd.  
Prysmian S.p.A.  
Renault S.A.  
Rivian Automotive, Inc.  
Robert Bosch GmbH  
RTX Corporation  
Safran S.A.  
Samsung Electronics Co., Ltd.  
Siemens AG  
Stellantis N.V.  
Suzuki Motor Corporation  
Tata Motors Limited  
Tesla, Inc.  
Textron Inc.  
The Boeing Company  
The Coca-Cola Company  
thyssenkrupp AG  
Toyota Motor Corporation  
Volkswagen AG  
Yamaha Motor Co., Ltd.  
Zhejiang Geely Holding Group Co., Ltd.

Para obter mais detalhes sobre as respostas das empresas às consultas e conclusões da Transparentem, consulte a página 22 do [relatório completo](#).

Vista panorâmica do Quilombo Santa Luzia do Tracuateua, que é cortado ao meio pelo mineroduto que liga a mina de bauxita de Paragominas às refinarias da Norsk Hydro em Barcarena, no Pará.





Arte na Vila de São Manoel, parte do Complexo de Jambuaçu, onde as comunidades quilombolas preservam e transmitem as tradições culturais de geração em geração, em Moju, no Pará.

## Recomendações

A transição global para uma economia verde depende de um abastecimento constante de bauxita e alumina, materiais necessários para a produção de alumínio destinado a veículos elétricos, infraestrutura de energia renovável e outras tecnologias “limpas”. A transição verde, que visa beneficiar a todos, não pode ocorrer à custa de algumas das populações mais marginalizadas do mundo. As comunidades que vivem perto das instalações de produção e processamento de bauxita têm suportado um fardo desproporcional, resultando em uma economia verde que não é justa nem verdadeiramente sustentável. Empresas, investidores e governos devem garantir que a descarbonização da economia global ande de mãos dadas com a proteção dos direitos, dos meios de subsistência e do bem-estar das comunidades mais afetadas. Os consumidores, por sua vez, devem dar preferência a produtos de empresas que respeitem essas normas e divulguem publicamente suas cadeias de suprimentos, inclusive a origem das matérias-primas e as práticas ambientais e sociais que implementam.

### PARA EMPRESAS

- As empresas, incluindo operadoras e proprietárias de fornecedores, devem tratar de responder aos anseios dos membros das comunidades em relação a possíveis riscos associados às operações das instalações investigadas. Não basta afirmar que já foram tomadas medidas se os membros da comunidade continuam relatando preocupações.
- As empresas, incluindo operadoras e proprietárias de fornecedores, devem redobrar seus esforços para garantir que as comunidades sejam devidamente consultadas.
- As empresas devem tornar seus mecanismos de reclamação mais eficazes, tornando-os mais acessíveis e independentes.
- As empresas devem fornecer informações acessíveis e detalhadas aos membros das comunidades em resposta às suas preocupações.
- As empresas devem garantir uma participação significativa da comunidade durante as avaliações de impacto e divulgar publicamente todas as metodologias e resultados das avaliações em formatos acessíveis e compreensíveis.
- Os compradores devem rastrear toda a sua cadeia de suprimentos, desde a extração da bauxita até o uso

comercial do alumínio, para exercer maior influência e apoiar seus fornecedores na melhoria das condições.

### PARA GOVERNOS

- Os órgãos governamentais devem reunir todas as partes interessadas relevantes para garantir uma melhor resolução das questões levantadas pelas comunidades.
- Os órgãos ambientais estaduais devem exigir a verificação independente do monitoramento da qualidade da água e do ar realizado pelas empresas como condição padrão para a renovação de licenças de operação, com aplicação automática das medidas quando a poluição exceder os limites legais.
- Os governos federal e estaduais devem fornecer às agências ambientais recursos adequados para verificar de forma independente os dados de monitoramento das empresas e realizar inspeções regulares das operações de mineração.
- As agências de licenciamento ambiental devem exigir a identificação das comunidades afetadas; a participação pública no processo de licenciamento; a consulta livre, prévia e informada para povos indígenas e comunidades tradicionais; e a análise técnica.
- As autoridades de mineração não devem outorgar ou renovar concessões de mineração que se sobreponham a territórios tradicionais com título de propriedade sem o consentimento documentado das comunidades.
- As agências fundiárias federais e estaduais devem concluir os registros pendentes de títulos de propriedade para comunidades tradicionais, Quilombolas e indígenas, principalmente as afetadas por operações de mineração e refino.
- A Agência Nacional de Mineração deve publicar todos os relatórios de inspeção de segurança de barragens de rejeitos no prazo de 30 dias para permitir que as comunidades afetadas compreendam os riscos.

### PARA INVESTIDORES

- Para reduzir riscos significativos em seus investimentos, os investidores devem instar as empresas de seu portfólio a cumprir suas obrigações de due diligence em matéria de direitos humanos, inclusive adotando as recomendações contidas neste relatório. Consulte o [Anexo 5](#) para saber que perguntas os investidores podem fazer às empresas em que investem, a fim de realizar uma boa avaliação de riscos e uma gestão responsável.

# Notas Finais

<sup>1</sup> Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, acesso em 7 de outubro de 2025, [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm); “Povos e Comunidades Tradicionais,” Governo do Brasil, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (website), acesso em 7 de outubro de 2025, <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>

<sup>2</sup> Melissa Pistilli, “Top 10 Aluminum-producing Countries,” Investing News Network, 13 de fevereiro de 2025, acesso em 7 de outubro de 2025, <https://investingnews.com/aluminum-production-by-country/>

<sup>3</sup> United States Department of Interior, “U.S. Geological Survey: Mineral Commodity Summaries 2025,” março de 2025, acesso em 7 de outubro de 2025, <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2025/mcs2025.pdf>

<sup>4</sup> “Brazil Is One of the Main Exporters of Bauxite and Aluminum,” Governo do Brasil (website), 12 de agosto de 2022, acesso em 7 de outubro de 2025, <https://www.gov.br/en/government-of-brazil/latest-news/2022/brazil-is-one-of-the-main-exporters-of-bauxite-and-aluminum>

<sup>5</sup> UN Comtrade, Trade Flow Data for Aluminium Ores and Concentrates, Exports from Brazil, acesso em 7 de outubro de 2025, <https://comtradeplus.un.org/>

<sup>6</sup> “Aluminum Ore in Brazil,” Observatory of Economic Complexity, fevereiro de 2026, acesso em 7 de abril de 2025, <https://oec.world/en/profile/bilateral-product/aluminium-ore/reporter/bra>

## Agradecimentos

Este relatório não teria sido possível sem o generoso apoio de inúmeras pessoas e organizações. Estamos profundamente gratos aos muitos líderes e membros das comunidades, que compartilharam suas experiências e nos confiaram seus depoimentos. Sua coragem e franqueza são a base deste trabalho. Por motivos de segurança e confidencialidade, não mencionaremos seus nomes aqui.


Gostaríamos de agradecer às seguintes pessoas por sua assistência, cooperação e conhecimento especializado: Domingos Macedo, Guilherme Zagallo, Hugo Gravina, Joyse Fernanda dos Santos Pinheiro Alves, Jesus Rolle, Kate Titian Dias Pereira, Marcel Theodoor Hazeu, Marco Apolo Santana Leão e Silmara Oliveira.

Este relatório foi financiado pela Swedish Postcode Foundation. As opiniões expressas neste relatório são exclusivamente da Transparentem e não refletem necessariamente as opiniões de nossos financiadores.

---

Uma observação sobre as fontes: quando solicitado, os nomes dos entrevistados e das fontes foram omitidos para proteger sua segurança. Os pseudônimos, quando utilizados, foram indicados no texto.

 TRANSPARENTEM



A bacia do Igarapé Jambuaçu, afluente do rio Mojú e bacia hidrográfica de importância vital para as comunidades quilombolas do Complexo Jambuaçu, localizada na área afetada pelo mineroduto que liga a mina de Paragominas ao complexo de refinarias em Barcarena, no Pará.